

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional Segurança Pública – SENASP, Vice-Presidente do CGFNPS e presidente desta sessão; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça - MJ; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR; ausentes justificadamente os representantes do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e o representante titular da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 78ª Reunião Ordinária e da 35ª Reunião Extraordinária; 2) Reapresentação e votação do Convênio nº 768804/2011, referente à Construção de um Centro de Gestão Integrada da Guarda Civil Municipal de Guarulhos/SP, no valor total de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), aprovado pela Presidente, ad referendum, conforme art. 21 do RI-CGFNSP; 3) Entrega de Relatório contendo as seguintes informações: 1) Apresentação da execução orçamentária do FNPS em 2011 e 2) Apresentação do orçamento do FNPS – Exercício 2012 (inclusive com os limites); 4) Apreciação de 08 propostas estaduais/ENAFRON - (R\$ 112.784.963,49); 5) Autorização para aquisições direta de interesse da SENASP, totalizando R\$ 1.197.429,43: 5.1) Departamento da Força Nacional de Segurança Pública: Ração Canina (R\$ 42.483,00); Maletas para exames em locais de crime (R\$ 146.258,35); Equipamentos de Busca e Salvamento Aquático (R\$ 458.599,08); Equipamentos Óticos de uso tático operacional (R\$ 147.710,70; 5.2) Departamento de Programas Políticas e Projetos: Pistolas de Condutividade Elétrica (R\$ 101.037,00); Motocicletas e Capacete (R\$ 301.341,36) e 6) Discussões relacionadas à alteração do Regimento Interno.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente, Dr. Sidnei Borges Fidalgo, informou que a Senhora Presidente não estava presente porque ela estava acompanhando o Ministro da Justiça em viagem no Estado de Alagoas. Na seqüência foram aprovadas as Atas da 78ª e da 35ª Reunião Extraordinária. Após, o Presidente convidou o Engenheiro Welly Lacerda Bonfim para reapresentar o Convênio nº 768804/2011, referente à Construção de um Centro de Gestão Integrada da Guarda Civil Municipal de Guarulhos/SP. O servidor explicou que o convênio originou-se de uma Emenda Parlamentar da autoria da Deputada Federal Janete Pietá e a proposta inicial foi rejeitada porque o município apresentou um pleito de competência do Estado, ou seja, a construção de uma unidade do Corpo de Bombeiros, motivo pelo qual esta proposta não foi levada ao conhecimento do Colegiado. Porém, no final do exercício o Município, sabendo que a emenda estava liberada, enviou nova proposta com a finalidade de construir um Centro de Gestão Integrada da Guarda Civil Municipal de Guarulhos. Esta proposta foi aprovada pela área técnica porque na análise verificou-se que a proposta estava dentro da competência municipal; tecnicamente estava adequada para a celebração de contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal e ajustava-se à política incentivada pela SENASP. Todavia, em virtude dos equívocos iniciais, a aprovação técnica acabou ocorrendo em data posterior à última reunião do Colegiado, isto é, às vésperas do encerramento do exercício (27/12/2011). A Presidente ao tomar conhecimento dos objetivos dos projetos, a saber: reunir em um único prédio os trabalhos do Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM, do qual fazem parte todos os órgãos de Segurança Pública e abrigar a Guarda Municipal que possui um efetivo de 754 servidores, 06 unidades operacionais, 05 especializadas e uma frota com 87 viaturas, ela julgou pertinente aprovar a proposta ad referendum não só pela relevância do pleito como também devido à aprovação técnica e à liberação da emenda. Aberta a palavra, os conselheiros manifestaram-se a respeito do assunto e após o pleito foi colocado em votação e aprovado. Contudo, cabe consignar os seguintes registros: a) o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira absteve-se de votar pelos motivos já amplamente expostos por ele em diversas reuniões do Colegiado, isto é, por não constar da Lei do Fundo (Lei nº 10.201, de 2001) indicação expressa de apoio a projetos de construção de obras. Neste contexto, foi salientado que estaria sob análise para sanção presidencial projeto de lei que, dentre outras finalidades, também irá alterar a Lei do Fundo, podendo conciliar a

situação em definitivo; b) O Conselheiro Carlos Rogério Cota, durante a votação do pleito, manifestou preocupação quanto à condução dada ao processo, isto é, inicialmente foi rejeitada uma propositura equivocada do município e após foi apresentada uma nova proposta, cuja finalização ocorreu de forma apressada quase no encerramento do exercício. Segundo o Conselheiro, já que a proposta inicial não estava correta, seria mais adequado que o novo pedido fosse apresentado no próximo ano. Dito isso, o servidor Welly esclareceu que, apesar do equívoco inicial e do desfecho final da proposta ter ocorrido somente no final do exercício, do ponto de vista legal não houve nenhum atropelo, visto que a modalidade de aplicação da emenda desde a sua origem era municipal e não houve mudança de modalidade; que a nova propositura visou exatamente adequar-se à emenda, isto é, foi apresentada uma proposta de competência municipal a ser executada pelo Município de Guarulhos. O servidor esclareceu que a nova proposta foi aprovada porque estava em conformidade com a Lei do Fundo e com a legislação de convênios, e também se amoldava plenamente ao escopo da emenda. Feito estes esclarecimentos, o Conselheiro declarou que aprovava o pleito desde que fossem consignados em ata os apontamentos feitos por ele e a sustentação oral da área técnica, acima descrita, de que a proposta não continha vícios legais.

O terceiro item de pauta – Entrega de relatório contendo a apresentação da execução orçamentária do FNSP em 2011 e a apresentação do orçamento do FNSP/Exercício 2012 (inclusive com os limites) – foi apresentado pela Servidora Iberia Aparecida Costa Onofre que disponibilizou o relatório mencionado e fez uma breve exposição destacando os seguintes aspectos: A execução orçamentária do FNSP em 2011, o orçamento do FNSP no exercício de 2012 e os convênios celebrados com os Estados e Municípios no período de 2008 a 2011. Finda a exposição, o vice-presidente, na qualidade de Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, fez algumas considerações gerais sobre os valores expostos e explicou sucintamente a nova sistemática de trabalho do Governo Federal cujo foco principal são os projetos prioritários. Na seqüência foram esclarecidas as dúvidas dos conselheiros sobre os temas destacados.

Com a palavra, o Capitão Alex Jorge das Neves explicou que antes de apresentar as propostas estaduais faria uma rápida explanação explicando o que é a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON. Antes, porém, ele apresentou a equipe técnica que atua no ENAFRON. Após, fez uma exposição destacando os seguintes temas: 1) considerações sobre a fronteira brasileira; 2) principais ilícitos; 3) dificuldades nas regiões de fronteiras; 4) estruturas dos órgãos que atuam nas fronteiras; 5) histórico de intervenção; 6) reestruturação da concepção de fronteiras; 7) o Plano Estratégico de Fronteiras; 8) estrutura analítica do plano; 9) Operações Integradas; 10) A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras: Alinhamento Estratégico; Objetivos, beneficiários e foco; eixos estratégicos: Diagnóstico, acompanhamento e avaliação; Integração Sistemática e Cooperação; Inteligência de Segurança Pública; Política Nacional Uniforme; Inovações Tecnológicas; Política de Pessoal; e projetos e Ações. Registra-se que ao longo da exposição os conselheiros fizeram comentários sobre os assuntos abordados e solicitaram esclarecimentos quando necessário. Dando prosseguimento, o servidor explicou os critérios utilizados para a distribuição dos recursos e apresentou individualmente cada uma das propostas relacionadas na tabela abaixo. Neste contexto foi explicado que as propostas dos Estados do Amazonas, Acre e Santa Catarina estavam em fase final de análise e possivelmente seriam apresentadas na próxima reunião.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor - FNSP	Contrapartida	Total da Proposta (R\$)
				Capital (R\$)		
1	AP	015147/ 2012	Ampliar a eficiência e a efetividade do Sistema de Segurança Pública nas áreas de Fronteiras do estado do Amapá (Municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá e Laranjal do Jari) através das unidades de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Técnica e Científica), bem como da unidade Especializada de Fronteira e os Núcleos de Inteligência de Fronteira, através da estruturação, integração e modernização de suas unidades para a prevenção e o controle da criminalidade na faixa de fronteira do Estado do Amapá.	8.304.924,17	83.888,12	8.388.812,29

2	MS	015514/ 2012	Intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras entre o Brasil e os países Bolívia e Paraguai, fortalecendo a atuação dos órgãos policiais estaduais do Mato Grosso do Sul e demais forças de segurança do país, aperfeiçoando os meios e recursos, maximizando a prevenção e a repressão aos delitos e crimes transfronteiriços, os quais atingem a população de diversas regiões do país.	20.073.991,17	205.207,59	20.279.198,76
3	MT	014103/ 2012	Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do sistema de segurança Pública mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações no território de fronteira do Estado de Mato Grosso para prevenção e controle da criminalidade.	13.005.496,27	131.368,65	13.136.864,92
4	PA	013962/ 2012	Fortalecer as ações dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS - do Estado do Pará, principalmente, nos municípios da faixa de fronteira ou estratégicos no combate à problemática transfronteiriça paraense: Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Almeirim, Abaetetuba e São Caetano de Odivélas, disponibilizando, às unidades destes órgãos, nestes municípios, recursos necessários, sejam por aparelhamento ou reaparelhamento, com a finalidade de dinamizar suas ações operacionais ordinárias e estimular a realização de ações operacionais extraordinárias, todas estas ações com um foco especial no enfrentamento aos ilícitos transfronteiriços.	8.305.752,70	84.318,30	8.390.071,00
5	PR	014431/ 2012	Fortalecer a presença dos Órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná nos municípios da região de Fronteira, de forma direta nos municípios de Umuarama, Mal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guaíra, Cascavel e Barracão, e indiretamente nos demais municípios da região.	20.055.455,04	409.295,00	20.464.750,04
6	RO	015132/ 2012	Fortalecer a presença dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública através da reestruturação e reforço das forças de segurança pública atuantes na faixa de fronteira, visando reduzir a criminalidade, garantindo a manutenção e preservação da ordem pública, inibindo os fatores geradores da violência, bem como promover as condições favoráveis ao desenvolvimento humano e tecnológico desta região, tudo isso baseado em políticas de atuação planejadas pelo GGIF com apoio técnico e efetivo da área de inteligência.	13.006.838,70	160.000,00	13.166.838,70
7	RR	015766/ 2012	Fortalecer a presença dos órgãos que compõe o Sistema Estadual de Segurança Pública – SESP do Estado de Roraima nos municípios fronteiriços de Bonfim, Caracará, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis, estabelecendo uma infraestrutura física necessária à atuação das forças de segurança pública e defesa social, nessa faixa de terras brasileiras, em parceria com o Governo Federal.	8.305.752,70	130.487,89	8.436.240,59
8	RS	015144/ 2012	Fortalecimento e presença permanente das instituições de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, nos Municípios de Bagé, São Borja, Uruguai, Santa Rosa, Rio Grande, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga, Itaqui, Três Passos, Jaguarão, Dom Pedrito, Irai, Caiçara, Vicente Dutra, Crissiumal, Novo Machado, Maurício Cardoso, Aceguá, Barra do Quaraí, Quaraí, Porto Xavier, Palmeira das Missões, Santo Ângelo, Alegrete, Santiago, Santo Augusto e Nonoai.	20.076.363,06	445.824,13	20.522.187,19
TOTAL				111.134.573,81	1.650.389,68	112.784.963,49

Finda a exposição, as propostas foram aprovadas por unanimidade. Ressalta-se que os conselheiros alertaram a equipe técnica sobre a importância do acompanhamento destes convênios e também sobre a necessidade de desenvolver mecanismos de controle que efetivamente possibilitem verificar se os bens solicitados estão sendo utilizados nos locais designados nos projetos. Cabe consignar que estas propostas enquadram-se no âmbito ação orçamentária 20IC – “Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON”.

Na seqüência, o Tenente-Coronel João Francisco Goulart dos Santos apresentou as demandas referentes às aquisições que dizem respeito ao Departamento da Força Nacional de Segurança Pública. Após, os pedidos foram aprovadas sem objeções, conforme discriminação contida na tabela abaixo. Estas aquisições se inserem no âmbito da ação orçamentária 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública.

OBJETO DA DEMANDA	VALOR REFERENCIADO (R\$)
Ração Canina	42.483,00
Maletas para exames em locais de crime	146.258,35
Equipamentos de Busca e Salvamento Aquático	458.599,02
Equipamentos Óticos de uso tático operacional	147.710,70
Total Geral	795.051,07

As aquisições concernentes ao Departamento de Políticas Programas e Projetos foram expostas pelo servidor Marcio Julio da Silva Mattos. O servidor explicou que as duas propostas apresentadas visam à aquisição de pistolas de condutividade elétrica, de motocicletas e de capacetes que serão utilizados no policiamento das áreas indígenas do Mato Grosso do Sul, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Fundação do Índio, o Departamento de Polícia Federal e o Estado do Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado e do Comando-Geral do Corpo de Bombeiro Militar do Estado e da Delegacia-Geral da Polícia Civil, que tem como objetivo garantir o direito à segurança pública com cidadania nas Terras Indígenas regularizadas da região do Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, o servidor explicou sucintamente diversos aspectos relacionados com o assunto em questão, exemplificando: os fatos que motivaram o citado acordo, a problemática da região, o papel das forças policiais nessa região, a participação da SENASP no processo de implantação do policiamento comunitário nas comunidades indígenas da região e as pactuações feitas entre os Governos Estadual e Federal no que se refere às aquisições para aparelhamento e capacitações. Neste contexto, o servidor esclareceu que, além das aquisições que estavam sendo propostas, serão feitas outras que ainda estavam em fase de elaboração, como, por exemplo, a compra de notebooks, data show, máquinas fotográficas, materiais didáticos, veículos, etc. Após, os conselheiros teceram comentário sobre os assuntos discutidos e após as propostas foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. Os valores das propostas estão discriminados abaixo e as aquisições estão relacionadas à ação orçamentária 8124 - “Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade”.

OBJETO DA DEMANDA	VALOR REFERENCIADO (R\$)
Pistolas de Condutividade Elétrica	101.037,00
Motocicletas e Capacetes	301.341,36
Total Geral	402.378,36

Finalmente, os conselheiros iniciaram as discussões referentes à alteração do Regimento Interno. O vice-presidente convidou o servidor Pedro de Souza da Silva para expor a minuta elaborada pela SENASP, destacando que o texto apresentado estava em conformidade com os pontos acordados e definidos pelos

conselheiros na reunião anterior. O vice-presidente ponderou que não estavam presentes na reunião diversos conselheiros, incluindo a presidente, motivo pelo qual, em seu entendimento, as discussões a serem realizadas naquela sessão visavam adiantar o processo de elaboração do novo regimento, porém posteriormente os pontos discutidos deverão ser submetidos aos demais conselheiros. Com a palavra, o servidor Pedro de Souza da Silva destacou que a única alteração feita na minuta que divertia um pouco do que foi acordado na última discussão foi concernente à necessidade de o voto ser fundamentado e consignado em ata. Na proposta da SENASP, o que deve ser justificado e consignado em ata é o voto divergente, uma vez que os votos de aprovação estarão convergentes com as explanações do técnico, não necessitando, portanto, de justificativa. Os conselheiros concordaram com a propositura da SENASP, contudo prepuseram pequenas modificações na redação do artigo. Em seguida, os Conselheiros fizeram uma revisão integral do texto apresentado e aprimoraram a redação de diversos artigos. Finalizando, foi acordado que novo texto será novamente disponibilizado aos conselheiros e voltará novamente para discussão do colegiado.

Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Vice-Presidente do CGFNPS

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Não representado
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria Geral da República